

ÍNDIO PARA BRANCO NÃO ESQUECER

QUESTÃO INDÍGENA



Eduardo Leão



O brasileiro não entende o índio. E para esclarecer essa visão distorcida, o CIMI produz um vasto material, inclusive para escolas de 1.º e 2.º graus.

Quem é esse povo, muitas vezes estranho, de língua, cultura e até físico diferentes e que no entanto habita o mesmo território que nós? Na cabeça de muita gente, principalmente na da criança, é esta a pergunta que sempre aparece quando se pensa nesses povos que genericamente chamamos índios.

A resposta começa com uma longa viagem. Deve-se retornar vários milhares de anos no tempo para descobrir que os antepassados desses povos pisaram pela primeira vez na América quarenta mil anos atrás. Eles vieram da Ásia, a pé, através de uma ponte terrestre surgida quando as águas do mar baixaram cerca de 50 metros entre a Sibéria e o Alasca, o conhecido Estreito de Bering. Essa ponte permaneceu durante dois longos períodos; o primeiro durou 12 mil anos e o segundo 14 mil.

Existem, claro, outras teorias que também tentam explicar a origem do homem americano. Há quem fale, por exemplo, que grupos da Polinésia teriam vindo através de várias ilhas do Oceano Pacífico, entrando pelo extremo sul do continente americano.

História antes de 1500

A viagem não pára por aí. Passa antes pela longa adaptação do homem a essas novas plagas. Adaptação que significou manter uma estreita relação com o solo, flora, fauna e o conhecimento de todo o

sistema ecológico existente. Sem depredá-lo.

Em um grande salto no tempo chega-se aos povos indígenas no Brasil. Calcula-se que eles chegaram por aqui em migrações ocorridas entre 30 e 35 mil anos atrás. Os portugueses apareceram em 1500 e encontraram cerca de cinco milhões de pessoas mas em apenas 500 anos foram reduzidos

a aproximadamente 230 mil, hoje distribuídas por cerca de 200 povos que ainda falam mais de 170 línguas. Foram chamados, desde Cabral, de índios brasileiros. Um grande equívoco de generalização. A diversidade de culturas indígenas que viveram e vivem no território brasileiro é enorme. Assim como a diversidade lingüística.

Semana do Índio

Para resgatar e preservar essa longa história e os direitos dos povos indígenas brasileiros, criou-se em 1972 o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Uma das muitas atividades do CIMI é promover, ano após ano, a Semana do Índio.

Enquanto nos livros didáticos e na cabeça da maioria dos brasileiros os índios continuam sendo tratados como coisas do passado ou no máximo prestes a desaparecer, pela sétima vez em abril (nos dias 19 a 26) próximo muito se falará destes povos que continuam, a quase quinhentos anos, lutando por sua cultura, sua terra, sua vida.

Tudo começou em 1982, quando, para sensibilizar a sociedade brasileira sobre a situação dos povos indígenas no país, o CIMI passou a apresentar anualmente um

tema para ser discutido naquele período.

O primeiro foi "Paz e terra para os povos indígenas"; em 86, "Terra dos índios, direito sagrado"; o de 87, "Na Constituição, os direitos dos povos indígenas"; para este ano se aproveitará o centenário da abolição da escravatura no Brasil contando juntas as histórias do índio e do negro, com o tema "Índios e negros, irmãos na mesma história".

"Apesar de ser promovida por um órgão vinculado à Igreja católica, a 'Semana do Índio' tem uma proposta muito mais ampla que atingir somente as escolas religiosas", diz Benedito Prezisa, responsável pelo setor de publicações da entidade. Para ele, o objetivo da campanha é chegar a um número cada vez maior de estudantes e professores, sejam eles de escolas confessionais ou não.

Eduardo Leão é jornalista especializado em questão indígena.

Apoio ao didático

Há vários anos o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) vem trabalhando junto a professores e alunos com o objetivo de apresentar uma nova visão dos povos indígenas. "Uma visão mais autêntica, mais próxima da realidade", diz Benedito Prezida. É com essa intenção que desde 1985 o órgão indigenista vem lançando anualmente, sempre às vésperas da Semana do Índio, subsídios didáticos destinados a estudantes de 1º e 2º graus.

"Chega do índio visto como algo do passado", afirma Prezida, "exposto na galeria dos homens ditos ilustres, para aqueles que colaboraram com os portugueses, ou na categoria dos selvagens, dos antropófagos, como até hoje é encontrado em muitos livros didáticos". "Afinal", continua, "muitos povos indígenas resistiram ante a invasão do branco e sobrevivem como nação".

Os subsídios didáticos estão divididos em duas séries: A e B. A primeira é destinada aos estudantes das séries elementares, a outra aos alunos do segundo grau. Três volumes da série A e dois da B já foram publicados.

Terra e cultura

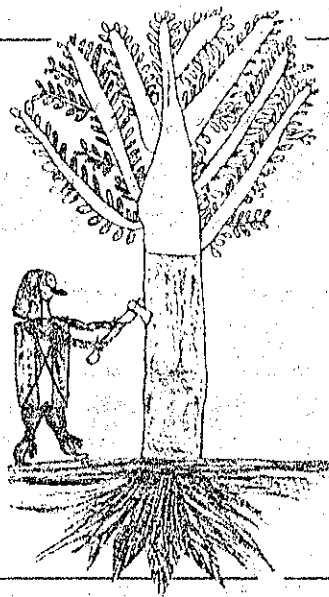
O volume 1 da série A, em sua segunda edição, tem como título *Queremos viver*. Ele aborda, de maneira geral, a problemática da terra e a diferença cultural entre índios e não-índios, e traz sugestões para o trabalho do professor com o aluno no final de cada capítulo.

Já que em 1987 se iniciava a elaboração da nova Constituição do país, o CIMI decidiu apresentar no volume 2, da série A, os direitos indígenas numa abordagem histórica. Esse volume tem como título *Nossos direitos, nossa vida*.

O volume 3, o mais recente da série e editado este ano, é intitulado *Somos assim*. Nele, são apresentados os rituais que marcam as várias etapas da vida entre os Xavante, Bororo, Nambiquara e Kraho. São ritos de colocação de nome, de entrada para a idade adulta e de casamento. O que se pretende, com esse volume, "é abolir a idéia do índio anônimo, que deixou de ser Xavante ou Guarani para se tornar tapuí, bugre ou simplesmente índio", diz Benedito Prezida.

Para o 2º grau

Em 1986 foi publicado o primeiro volume da série B. Com o título *Povos renascidos*, ele traz a classificação linguística dos



povos indígenas e sua localização no território brasileiro. O texto foi preparado para acompanhar o mapa "Povos indígenas no Brasil", editado pelo CIMI em 1985 com a assessoria do professor de linguística Aryon Rodrigues, da Unicamp. Como o livro, o mapa trata da filiação linguística dos índios no país, população e onde vivem.

No ano passado saiu o volume 2 da série B, *Somos povos, somos nações*. Também visando os debates constitucionais, ele traz o problema da terra e da cultura indígena. A segunda parte trata da organização desses povos: a União das Nações Indígenas (UNI), no Brasil, o Conselho da América do Sul (Cisa) e o Conselho Mundial dos Povos Indígenas (CMPÍ).

Imprensa indigenista

Porantim, na língua dos índios Sateré-Mawé, significa remo, arma, memória. Destes amplos significados o jornal *Porantim* tirou seus objetivos.

Ligado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), há dez anos o *Porantim* defende os interesses indígenas, e chegar ao número 100 em edições ininterruptas falando basicamente de nações esquecidas pela memória brasileira é coisa rara num país como o Brasil, onde pouco se lê.

O *Porantim* é publicado mensalmente, com dez edições anuais. São reportagens, análises e denúncias enviadas pelas próprias comunidades e membros do CIMI, dando uma visão geral da situação dos povos índios e da política indigenista oficial. A questão em outros pulsos é abordada na seção "Ameríndia", que, apesar do no-

me, tem tratado de povos nativos até mesmo da Austrália.

O *Porantim* nasceu em 1977, na cidade de Manaus, no Amazonas. É naquela região, a Amazônia, onde se concentra o maior número de povos indígenas no Brasil.

O que não significa que a imprensa local, na época, os levasse em conta. Mais cômodo era ignorá-los, sobretudo num período em que a Zona Franca de Manaus estava prestes a completar dez anos e nenhum benefício havia levado às populações indígenas e interioranas que tinham se mudado para a cidade.

Foi então que apareceu o primeiro número do *Porantim*, como um boletim informativo. Mas foi o terceiro número que conseguiu mexer com aquilo que muitos

chamam de "leseira barê", uma certa perplexidade passiva dos manauenses diante do que se passava. Aquela edição noticiava a morte de aproximadamente cem Yanomani do rio Maiá (AM), de malária e tuberculose por omissão da Funai.

Divulgando fatos

"O *Porantim* surgiu inicialmente para suprir um problema de comunicação entre o CIMI e seu pessoal que trabalha diretamente nas comunidades indígenas", conta Paulo Suess, teólogo e um dos fundadores do jornal. "Mas logo ampliou seu público leitor. Apesar da precariedade material do início, foi possível denunciar nos primeiros números a estrada que cortaria o território dos Sateré-Mawé, que acabou não sendo construída, e o massacre de 40 índios Juma, no rio Purus (AM)."

Nesses dez anos muito tem se perguntado o que fez o *Porantim*. Paulo Suess, que o acompanhou de perto até o ano passado, responde que sua importância está "na divulgação de fatos que não são veiculados com suficiente abertura e objetividade na grande imprensa". "Em outros países da América Latina", afirma, "o jornal possibilitou que chegassem às organizações indígenas e missionárias notícias e informações que por outros meios eles não receberiam".

Segundo Paulo Suess, se o *Porantim* conseguiu ultrapassar o número 100, foi "porque por trás dele está uma instituição séria e respeitada". "Uma entidade", diz, "que há 14 anos defende os povos indígenas".

No ano de 1987, coube ao *Porantim* acompanhar passo a passo a questão indígena na Constituinte, da qual a grande imprensa passou longe, muito longe. Ele registrou os primeiros momentos das subcomissões, onde representantes indígenas foram ouvidos e tiveram suas reivindicações atendidas nos textos que de lá saíram. Contudo, muitos parlamentares têm insistido em dar outros rumos à questão, se recusando a incluir no novo texto constitucional direitos indígenas reconhecidos há séculos.

O CIMI E SUA ATUAÇÃO

Com o objetivo de assessorar os missionários católicos que atuavam junto a comunidades indígenas, era criado em 1972 o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), hoje órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O que se pretendia era que a Igreja mudasse seu trabalho junto aos povos indígenas, até então assistencialista e destruidor.

Dessa atuação catequética e integracionista, com o órgão recém-criado a Igreja partiu para a autocrítica e se propôs a lutar em defesa das terras e do resgate da cultura dos povos indígenas. *Semana do Índio*, jornal *Porantim*, subsídios didáticos e outras publicações do CIMI são alguns reflexos dessa virada.

Na Constituinte, a atuação do Cimi, junto a outras

entidades indígenas e indigenistas, tem sido pautada pela defesa dos direitos desses povos. Direitos, aliás, que nos primeiros momentos da Constituinte vinham sendo reconhecidos, com os parlamentares acatando as reivindicações apresentadas pelos representantes indígenas: Até que com o primeiro substitutivo do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, a questão tomasse novos rumos.

Sem nenhuma coincidência, essa mudança ocorreu em seguida ao início da campanha pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que acusava o CIMI de "conspirar contra o Brasil". Conforme o diário paulista, a entidade estaria propondo na Constituinte a "soberania restrita" sobre as terras indígenas para, assim, inter-

nacionalizar a Amazônia e restringir a participação brasileira no mercado internacional de estanho...

Segundo o Secretariado do conselho indigenista, o jornal utilizou, em suas acusações, documentos forjados, desconhecidos e trechos de outros pinçados de seu contexto. O que se pretendia, conforme a entidade, era eliminar do projeto de Constituição dispositivos que limitavam à União a exploração mineral em terras indígenas. Proposta que, apesar de defendida pelo conselho, tinha sido apresentada à Constituinte pela Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage).

Visando apurar as denúncias de *O Estado*, foi instalada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional. O texto do relator da

Comissão, o senador Ronan Tito, excluiu qualquer possibilidade de serem verdadeiras as acusações. Mas após a reunião, em outubro último, em que o deputado Roberto Cardoso Alves impediu que o relatório fosse votado, os membros da CPMI não voltaram a se reunir. Ponto para as mineadoras. O texto de Bernardo Cabral sobre os direitos indígenas passou pela Comissão de Sistematização, onde nem chegou a ser votado por decorso de prazo, sem nenhuma alteração.

Para o CIMI, resta ainda a possibilidade de ver prevalecido o bom senso dos parlamentares, que não deixariam de fora os direitos dos povos indígenas à terra e a sua cultura. Do contrário, estarão oficializando o etnocídio.



O QUE LER SOBRE O ÍNDIO

Cálce e cula, de Paulo Suess - Ed. Vozes. Antologia de ensaios críticos sobre a política indigenista oficial. Inicialmente publicados no jornal *Porantim*, os textos constituem-se numa espécie de esboço de Teologia Indigenista.

Línguas brasileiras — para o conhecimento das línguas indígenas, de Aryon Dall'Igna Rodrigues - Ed. Loyola. Professor de linguística da Unicamp, Aryon trata das aproximadamente 170 línguas indígenas ainda faladas no Brasil. É um livro destinado não apenas aos especialistas, mas ao público interessado no descobrimento das nações indígenas deste país.

Educação indígena e alfabetização, de Bartomeu Meliá - Ed. Loyola. O autor, jesuíta e antropólogo, procura responder a uma questão básica para as sociedades indígenas após o contato com a chamada sociedade nacional: qual seria a função da alfabetização na educação indígena?

Política indigenista dos portugueses no Brasil — de 1500 a 1640, de Georg Tho-

mas - Ed. Loyola - trad. Jesus Hortal. O livro trata das relações entre os portugueses e os povos indígenas nos primeiros tempos do Brasil colonial, sobretudo a regulamentação do trabalho indiano e o objetivo da Coroa em cristianizar as populações aqui encontradas.

Textos indigenistas de Curt Nimuendaju - Ed. Loyola. Reunião de nove textos de um dos maiores etnólogos que já atuaram junto aos povos indígenas no Brasil. Todos eles expõem a extensão do compromisso de Nimuendaju que, antes de ser um indigenista, converteu-se num indígena.

Cuxiua, o Purus dos indígenas, de Gunter Kroemer - Ed. Loyola. Nesse ensaio etno-histórico, o autor trata da penetração pela sociedade nacional do rio Purus, que significou a usurpação de terras indígenas, catequese e até extermínio de povos nativos como imperativo da economia do extrativismo.

Leis e regimentos das missões — política indigenista no Brasil, de José Oscar Beozzo - Ed. Loyola. Os re-

gimentos de um Estado colonial que nunca reconheceu os direitos dos povos indígenas à terra, maioridade e autonomia, utilizando a Igreja como instrumento para a aplicação de sua política indigenista.

História dos povos indígenas — 500 anos de luta no Brasil, Conselho Indigenista Missionário - Ed. Vozes/Cimi. A partir da ótica de lideranças indígenas expressas em assembleias, o livro procura recuperar a verdade dos fatos históricos. Os relatos referem-se a acontecimentos até o ciclo da cana-de-açúcar. Texto escrito em linguagem simples, destinado às escolas indígenas e alunos da 1ª a 4ª séries.

Confederação dos Tamolós — a união que nasceu do sofrimento, Conselho Indigenista Missionário - Ed. Vozes/Cimi. História dos Povos Tupinambá, Guaianá, Goitacá, Aimoré, Tupinikim e Carijó, reunidos em confederação, a Confederação dos "Tamuya". Texto destinado às séries elementares.

A história verdadeira

Para contar a longa viagem na história do homem e responder às perguntas sobre os índios brasileiros surgiu o suplemento do jornal *Porantim*, e que em suas primeiras nove edições de 86 levaram o leitor aos povos indígenas brasileiros localizados nas dez áreas culturais em que o Brasil foi dividido. Em cada número foi mostrada a história do contato, os mitos, as lendas e a cultura de cada área. Estatísticas e depoimentos foram também incluídos para mostrar quem são, enfim, esses povos tão diferentes.

De uma abordagem antropológica em 86, o suplemento vai parar na história em 87. O objetivo, no entanto, permanece o mesmo: levar a questão indígena ao aluno

de 1º e 2º graus de uma maneira raramente encontrada nos livros escolares, ou seja, a partir dos próprios índios.

A retrospectiva histórica do número 1 do suplemento se inicia com a pré-história americana. Quem diria que há 32 mil anos, ao mesmo tempo que ocorria na Europa a cultura Madalenense, do período paleolítico superior, eram feitos os desenhos das cavernas de São Raimundo Nonato, no atual Estado do Piauí? Pois assim foi.

Ou então que o Império Bizantino, por volta do ano 300 de nossa era, coincidiu com a cultura marajoara, que no norte do Pará e na Ilha de Marajó chegou a construir aterros funerários em forma de pirâm-

O AUTOR E A EDITORA

A EDITORA ATENIENSE LTDA — Rua Antonio do Barros nº 534 — Tatuapé — SP — CEP 03089 — Tel.: (011) 295-4520, convida todos os Escritores e Poetas a participarem do Sistema de Cooperativismo, para publicação de Livros. Neste ano de 1988 estaremos publicando os melhores trabalhos, de sua produção.

Entre em contato conosco para melhores esclarecimentos, sempre a partir das 14:00 horas pelo telefone acima.

Estamos também oferecendo aos Editores, e Autores independentes o nosso Sistema de Composição em Foto-Composição, e nosso Sistema Criativo em Arto-Final.

Você que escrevo e deseja ver o seu trabalho conhecido, tem na EDITORA ATENIENSE, a oportunidade verdadeira e capaz de grandes profeções. Marque um horário pelo (011) 295-4520 e venha nos visitar. A EDITORA ATENIENSE tem a solução para o problema de publicação: PUBLICAR, DIVULGAR e DISTRIBUIR.

Escritores e Poetas, entrem em nosso Sistema do Cooperativismo, e comece sua Carreira Literária.

Rua Artur de Alencar, 725 - Pinheiros - Tel: (011) 64-0257
2ª e 6ª - 13h às 20h, Sábados: 14h às 18h

NA RÁDIO USP,

O LIVRO EM DESTAQUE

VAMOS LER boletins

De segunda a sábado
10h55 — 14h55 — 21h

Registro dos principais livros lançados durante a semana

- Entrevista e avaliação da obra e dados sobre o autor
- Radiofoniação de trechos da obra

VAMOS LER especial

As quintas-feiras — 22h
Aos domingos — 14h (reprise)

Programa semanal, com uma hora de duração

- Entrevistas com autores, tradutores e editores
- Radiofoniação de trechos dos livros abordados
- Leitura bilingüe de poemas (original e tradução)

Rádio USP

RÁDIO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FM — 93,7 MHz.
Tel. (011) 211.0011, ramal 386

mede de até 120 metros de largura e sete de altura?

Os primeiros contatos

Passando pelos povos Tupi do litoral, com depoimentos de cronistas da época como Hans Staden, Jean de Léry e outros, o segundo número do suplemento mostra os primeiros contatos daquelas nações com os portugueses. Outros números apresentam a disputa entre os portugueses e franceses durante a implantação da Colônia.

A resistência indígena frente ao invasor de seu território, nos séculos XVI e XVII, é apresentada através da Confederação dos Tamoios e a luta dos Potiguara no Nordeste. E quando chegam os jesuítas, o melhor seria optar pela cruz ou pela espada? Ou por nenhum deles? Até que as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul são ocupadas, com centenas de povos indígenas dizimados.

Para 88, os povos indígenas serão apresentados conforme sua filiação lingüística. Desde a cultura tupi-guarani ao universo macrojê, passando pelas nações de língua aruaik, karib, katukina, pano e tukano. A única exceção em toda essa história bastante antropológica será para os índios do Nordeste. O objetivo é mostrar por que são ainda índios os vários povos que apesar de terem se misturado com o negro, o branco, perdido sua língua e religião nativas, insistem em afirmar sua indianidade.

Escola na aldeia: para entender o branco

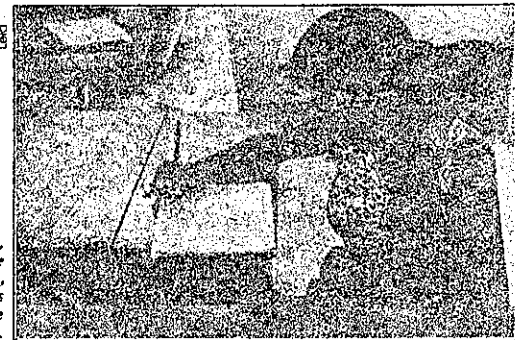
Aprender matemática para um índio Tapirapé não é um fato isolado de sua vida na aldeia. Noções de peso e medida, por exemplo, podem ser adquiridos trabalhando com o pirarucu, peixe de grande importância na vida desse povo que habita uma área de seis mil hectares no município de Santa Terezinha, Estado do Mato Grosso. E ao mesmo tempo que aprende matemática, o menino e a menina vão tomando conhecimento de ciência, ecologia, estudos sociais e até mesmo geografia e história. É a chamada "estratégia da modelagem", onde as matérias curriculares são trabalhadas integradamente.

E nem podia ser de outra maneira. Quando, em 1973, os Tapirapé iniciaram sua primeira experiência escolar, o que a comunidade desejava era adquirir conhecimentos básicos do mundo do "branco" para, em pé de igualdade, poder comercializar seus produtos com a vizinhança sem serem ludibriados, como há anos vinha ocorrendo, e discutir com a Funai a demarcação de suas terras.

Alunos "Tapirapé"

Quem levou à frente essa experiência, além dos próprios Tapirapé, foram Luiz Gouvêa de Paula e Eunice Dias de Paula, com a ajuda das Irmãs de Jesus, mis-

Na escola da aldeia, o aluno aprende matemática, ciências, ecologia, estudos sociais, história e geografia.



sionárias que vivem na aldeia desde 1952. Luiz e Eunice estão há mais de dez anos com os Tapirapé e são membros do CIMI, e que tem como finalidade, entre outras coisas, apoiar os agentes pastorais em sua atuação junto às comunidades indígenas.

Hoje, municipalizada, a escola tapirapé conta com 62 alunos, estudando da 1ª à 8ª série, numa população de 230 pessoas. Para a comunidade, é necessário que a Secretaria de Educação do Estado a reconheça como escola indígena. É a única maneira de continuarem sendo levados em conta, durante o aprendizado escolar, a língua, a história e a diversidade cultural desse povo que teve os primeiros contatos com a sociedade brasileira no ano de 1910.

A relação do material para a Semana do Índio é esta:

- SUBSÍDIOS DIDÁTICOS**
 Queremos viver (série A-vol 1) — Cz\$ 25,00
 Nossos direitos, nossa vida (série A-vol 2) — Cz\$ 25,00
 Somos malin (série A-vol 3) — Cz\$ 30,00
 Povos reunidos (série B-vol 1) — Cz\$ 25,00
 Somos povos, somos nações (série B-vol 2) — Cz\$ 25,00
- OUTROS**
 Mapa "Povos Indígenas no Brasil" — Cz\$ 50,00
 Broche vertical — Cz\$ 15,00
 Broche redondo — Cz\$ 20,00
 Cartaz da Semana do Índio — Cz\$ 10,00
 Postal (redução do cartaz) — Cz\$ 5,00
 Texto-base da Semana do Índio — Cz\$ 15,00
 Encadernação do Forântim, com o suplemento, anos 86 e 87 — Cz\$ 800,00 □